



FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE
PIRACICABA

2010

Portal da Transparência do Município de Piracicaba

• Responsabilidade Fiscal e Social

Disponibilizar, de forma ágil, ampla e objetiva aos dados de aplicação dos recursos públicos municipais e a função do Portal Transparência. Os cidadãos podem acompanhar a gestão das finanças da administração direta e indireta por meio das seções sobre despesas e receitas.

Os dados estão disponíveis em formatos como planilhas e tabelas, além de estatísticas, dados de pagamento dos servidores, diárias e passagens. Assim, é possível acompanhar a destinação dos recursos arrecadados, provenientes em grande parte dos impostos pagos pelos contribuintes.

- Lei Complementar 131/2009 que torna obrigatória disponibilização pormenorizada, na internet, da receita e Despesa Municipal.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

Resolução nº 10.000/2009, de 12 de maio de 2009, que institui o Portal da Transparência, e a Lei Complementar nº 131/2009, que torna obrigatória a disponibilização pormenorizada, na internet, da receita e despesa municipais, e a Lei Complementar nº 131/2009, que torna obrigatória a disponibilização pormenorizada, na internet, da receita e despesa municipais.

A montagem mostra várias telas do sistema. No topo, há o logotipo da Prefeitura de Piracicaba e o nome da Secretaria de Finanças. Abaixo, há uma barra de navegação com links para 'Orçamento', 'Despesas', 'Receitas', 'Licitações', 'Atas', 'Relatórios', 'Mensal', 'Fornecedores' e 'Fornecedores'. O conteúdo principal é dividido em seções: 'Resumo das Despesas', 'Resumo das Receitas', 'Licitações', 'Atas', 'Relatórios' e 'Mensal'. Há também uma seção para 'Fornecedores' com uma tabela de dados. No canto inferior direito, há uma seção para 'Relatórios' com uma tabela de dados.

Portal da Transparência

Através do Portal da Transparência você acessa todas as informações que se referem às finanças de Piracicaba.

Você pode verificar desde o orçamento até as receitas arrecadadas e despesas realizadas. Pode conferir as despesas com salários mensais, por secretaria e outros órgãos, e ainda visualizar a lista dos fornecedores da Prefeitura e acompanhar cada uma das licitações. Até os relatórios oficiais estão disponíveis.

É fácil usar o Portal: basta seguir o menu e explorar o mundo das finanças públicas de sua cidade!

APRESENTAÇÃO

Já foi o tempo em que se falava das dificuldades financeiras na Prefeitura de Piracicaba, seus atrasos de pagamentos, falta de recursos para manutenção e compras de produtos essenciais para o dia a dia, além da falta de verba para investimentos, contratação de pessoal e pagamento das dívidas. Os precatórios judiciais eram verdadeiros pesadelos para os prefeitos e as finanças do Município.

Após cinco anos de gestão, a Administração Municipal presta contas de como utilizou os recursos públicos, que, como o próprio nome diz, pertencem à sociedade e, em benefício dela, devem ser aplicados. O leitor perceberá, após esta publicação, o resultado do trabalho desenvolvido no período e a situação atual de nossas finanças.

A gestão do dinheiro público deve ser adequada e transparente, obedecendo ao planejamento estabelecido nas leis de Orçamento e de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual. No planejamento de governo se estabelecem os objetivos econômicos e setoriais, tendo em vista os problemas que afetam a sociedade.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo, estabelece que as administrações públicas devem dar total transparência às suas gestões fiscais, com ampla divulgação, utilizando-se de meios eletrônicos de acesso público e de versões simplificadas de documentos, como planos, orçamentos, leis de diretrizes orçamentárias, prestações de contas e diversos relatórios.

A Prefeitura de Piracicaba mantém informações fiscais em seu site desde fevereiro de 2008 e inaugurou seu Portal da Transparência em maio de 2010. A Lei Federal nº 131/2009 obriga os municípios com mais de 100 mil habitantes, a União, os estados e o Distrito Federal

a criarem seus portais, disponibilizando informações orçamentárias e financeiras, em tempo real.

Por outro lado, acreditamos que não basta a disponibilização dos complexos relatórios e outros documentos via internet para divulgar as contas públicas. Apostamos agora na edição desta publicação que procura “dar vida” aos números e, assim, queremos demonstrar de forma clara e didática como foi o desempenho de nossas finanças, tanto receitas como despesas, sempre baseado em dados dos balanços anuais da Prefeitura e nos relatórios oficiais.

Os números são apresentados de forma simplificada e já atualizados pela inflação, para que se possa comparar o desempenho ano a ano. Para facilitar a visualização foram incluídos gráficos, além de comparações entre Piracicaba e outros municípios paulistas.

O leitor verá que nossas receitas registraram crescimento positivo de 2005 a 2008, o que permitiu expandir também as despesas, aumentar a capacidade de investimento social e criar reservas para períodos de crises. Deve-se lembrar também que a economia nacional e mundial viveu um período de forte crescimento econômico de 2004 a 2008, proporcionando excepcional incremento das receitas públicas, em todas as esferas de governo. Mesmo assim, os fatores locais que dizem respeito às características da economia e ao nível de organização e qualidade da gestão fiscal podem fazer a diferença.

Com essa publicação, o cidadão piracicabano conhecerá melhor a própria cidade, ampliando sua capacidade de avaliação. Poderá se informar a respeito da gestão das finanças públicas e, assim, ter maior domínio na utilização dos dados disponíveis no Portal da Transparência.

Barjas Negri
Prefeito

José Admir Moraes Leite
Secretário de Finanças

Administração Municipal de Piracicaba

Prefeito

Barjas Negri

Rua Antônio Corrêa Barbosa, 2.233 – 11º andar
3403-1040
bnegri@piracicaba.sp.gov.br

Presidente do Fundo Social de Solidariedade de Piracicaba - Fussp

Sandra Bonsi Negri

Rua Antônio Corrêa Barbosa, 2.233 – 10º andar
3403-1065
snegri@piracicaba.sp.gov.br

Vice-Prefeito

Sérgio Dias Pacheco

Rua Antônio Corrêa Barbosa, 2.233 – 10º andar
3403-1080
viceprefeito@piracicaba.sp.gov.br ou spacheco@piracicaba.sp.gov.br

Chefe de Gabinete

Isaura F. B. Mazzutti

Rua Antônio Corrêa Barbosa, 2.233 – 11º andar
3403-1050
imazzutti@piracicaba.sp.gov.br

Procurador Geral do Município

Milton Sérgio Bissoli

Rua Antônio Corrêa Barbosa, 2.233 – 10º andar
3403-1288
mbissoli@piracicaba.sp.gov.br

Secretário Municipal de Defesa do Meio Ambiente - Sedema

Francisco Rogério Vidal e Silva

Rua Antônio Corrêa Barbosa, 2.233 – 9º andar
3403-1250
sedema@piracicaba.sp.gov.br

Secretário Municipal de Turismo - Setur

Omir Lourenço

Rua Antônio Corrêa Barbosa, 2.233 – 8º andar
3403-1270
setur@piracicaba.sp.gov.br

Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras - Selam

Pedro Antônio de Mello

Rua Antônio Corrêa Barbosa, 2.233 – 8º andar
3403-1266
pmello@piracicaba.sp.gov.br

Secretário Municipal de Saúde

Fernando Ernesto Cardenas

Rua Antônio Corrêa Barbosa, 2.233 – 8º andar
3403-1210
fcardenas@piracicaba.sp.gov.br

Secretário Municipal de Administração - Semad

Newton Yasuo Furucho

Rua Antônio Corrêa Barbosa, 2.233 – 7º andar
3403-1035
nfurucho@piracicaba.sp.gov.br

Secretário Municipal de Governo

José Antônio de Godoy

Rua Antônio Corrêa Barbosa, 2.233 – 6º andar
3403-1055
jagodoy@piracicaba.sp.gov.br

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico - Semdec

Pedro Luiz da Cruz

Rua Antônio Corrêa Barbosa, 2.233 – 6º andar
3403-1160
semdec@piracicaba.sp.gov.br ou pcruz@piracicaba.sp.gov.br

Secretário Municipal de Obras - Semob

Arthur A. A. Ribeiro Neto

Rua Antônio Corrêa Barbosa, 2.233 – 5º andar
3403-1166
aaribeiro@piracicaba.sp.gov.br

Secretário Municipal de Finanças

José Admir Moraes Leite

Rua Antônio Corrêa Barbosa, 2.233 – 4º andar
3403-1090
jleite@piracicaba.sp.gov.br

Diretora do Centro de Comunicação Social

Maria de Fátima Alves Silva

Rua Antônio Corrêa Barbosa, 2.233 – 11º andar
3403-1060
mfsilva@piracicaba.sp.gov.br

Secretário Municipal de Transportes Internos - Semutri

Antônio Fernandes Faganello

Avenida Dr. Paulo de Moraes, 2.021
3417-3800
afaganello@piracicaba.sp.gov.br

Secretária Municipal de Trabalho e Renda - Semtre

Angela Maria Cassavia Jorge Corrêa

Rua Alferes José Caetano, 1.460
3403-6200
semtre@piracicaba.sp.gov.br ou acorrea@piracicaba.sp.gov.br

Secretário Municipal de Educação

Gabriel Ferrato dos Santos

Rua Marechal Deodoro, 1.945
3417-1100
smegabinete@yahoo.com.br

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social - Semdes

Maria Angélica Guercio

Rua Alferes José Caetano, 1.128
3417-8800
mguercio@piracicaba.sp.gov.br ou semdes@piracicaba.sp.gov.br

Secretário Municipal de Trânsito e Transportes - Semutran

Paulo Roberto Coelho Prates

Praça Ennes da Silveira Mello, 1.185
3417-1600
pprates@piracicaba.sp.gov.br

Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento - Sema

Waldemar Gimenez

Avenida Dr. Paulo de Moraes, 2.113
3437-4000
sema@piracicaba.sp.gov.br ou wjgimenez@piracicaba.sp.gov.br

Secretária Municipal da Ação Cultural - Semac

Rôsângela Maria Rizzolo Camolese

Avenida Maurice Allain, 454
3403-2600
semac@piracicaba.sp.gov.br ou rcamolese@piracicaba.sp.gov.br

Comandante da Guarda Civil Municipal

Silas Romualdo

Rua Benedito Bonzon Penteado, 645
3433-4998
capsilas@piracicaba.sp.gov.br

Diretor-Presidente da Rádio Educativa FM Municipal – 105,9

Miromar Aparecido Rosa

Rua Marechal Deodoro, 1.933
3433-4430
mrosa@piracicaba.sp.gov.br

Presidente do Serviço Municipal de Água e Esgoto - Semaes

Vlamiir Augusto Schiavuzzo

Rua XV de Novembro, 2.200
3403-9611
vschiavuzzo@semaepiracicaba.org.br

Presidente da Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba- Emdhap

Walter Godoy dos Santos

Avenida Cristóvão Colombo, 1.900 - Tel.: 3412-2222
wgodoy@emdhap.com.br

Diretor-Presidente do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba - Ipplap

João Chaddad

Rua Antônio Corrêa Barbosa, 2.233 – 9º andar - Tel.: 3403-1200
chaddadarquiteto@superig.com.br

Câmara de Vereadores

Presidente – José Aparecido Longatto

Rua Alferes José Caetano, 834
3403-6525 / 3403-6526
longatto@camarapiracicaba.sp.gov.br

Diretor Executivo da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba - Fumep

Antonio Carlos Copatto

Avenida Monsenhor Martinho Salgot, 560
3412-1100
www.eep.br

Instituto de Previdência e Assistência dos Funcionários Municipais (Ipas)

Dorival José Maistro

Avenida Dr. Paulo de Moraes, 266
3433-9877
www.ipaspiracicaba.sp.gov.br

1	Estrutura da Administração Municipal	4
2	Contas equilibradas	6
3	Receita da Prefeitura	8
	3.1 Receita tributária	11
	3.2 Transferências do Estado	14
	3.3 Transferências da União	16
	3.4 Receita de capital	18
	3.4.1 Transferência de capital	18
4	Despesa da Prefeitura	19
	4.1 Pessoal	22
	4.2 Custeio	25
	4.3 Dívida	26
	4.3.1 Precatórios	27
	4.4 Investimentos	29
	4.5 Saúde	31
	4.6 Educação	34
	4.7 Secretarias sociais	36
5	Limites constitucionais e legais	38
6	Indicadores socioeconômicos	40

1

Estrutura da Administração Municipal

A administração pública dos municípios brasileiros é exercida pelos poderes Executivo e Legislativo. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, cujas funções são acompanhar, fiscalizar e regular os atos do Executivo, assim como propor e aprovar leis de interesse da cidade.

Ao Poder Executivo compete a prestação dos serviços propriamente dita. Ele é composto pelas

administrações direta e indireta. Quem exerce a primeira é a Prefeitura, que se compõe do gabinete do prefeito e das secretarias.

A administração indireta é formada por entidades como fundações, autarquias, sociedades de economia mista e empresas públicas, que são ligadas à Prefeitura e prestam serviços públicos ou de interesse coletivo.

Organização da administração pública municipal:





Vista da cidade de Piracicaba

Atualização de preços

Os valores que constam nesta publicação foram corrigidos pela inflação, o que os trouxe para preços de 2009. Essa correção permite comparar quantias de diferentes anos, sem as distorções causadas pelo processo inflacionário. O índice utilizado para isso foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Contas equilibradas

Existem dois indicadores importantes para se avaliar a situação financeira de uma prefeitura: o resultado orçamentário e a suficiência financeira. O comportamento desses dois itens ao longo de um período sinaliza se a gestão fiscal está sendo ou não bem conduzida. Não basta olhar apenas um ano, mas a tendência ao longo de vários anos, uma vez que algumas administrações podem passar por períodos de ajustes, quando é necessário um tempo maior para que as dívidas sejam quitadas ou para que a despesa seja adaptada ao tamanho da receita. É interessante também verificar os dois indicadores simultaneamente, pois um complementa ou afeta o outro.

Resultado orçamentário é a diferença entre a receita e a despesa totais. Quando o resultado é positivo, chama-se superávit e, quando é negativo, é dado o nome de déficit. É importante que uma administração pública possua mais resultados positivos que negativos no decorrer dos anos,

ou seja, que ela geralmente gaste menos do que arrecada. Os superávits permitem acumular recursos que podem ser usados em investimentos de maior porte, ou para saldar dívidas acumuladas ou ainda para enfrentar períodos de queda nas receitas, como as que ocorrem durante momentos de crises econômicas.

Suficiência financeira é a diferença entre ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros são os valores que a prefeitura possui em suas contas bancárias. Passivos financeiros são os valores que a prefeitura deve pagar no curto prazo, sendo constituídos, na maior parte, pelos chamados restos a pagar, despesas realizadas e não pagas num mesmo ano. Quando a prefeitura deve mais do que tem em caixa, ela apresenta insuficiência financeira. Caso contrário, ela possui suficiência financeira.

Desde 2005, a Prefeitura de Piracicaba vem apresentando equilíbrio em suas contas. O

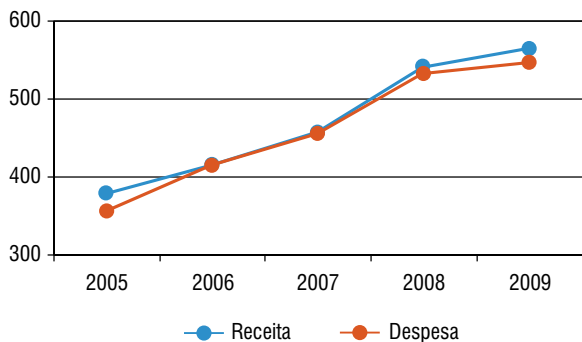
Receita, despesa e resultado orçamentário da Prefeitura - 2005-2009

	2005	2006	2007	2008	2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009				
Receita da Prefeitura* (A)	377.271,5	413.993,7	456.529,6	540.607,3	563.745,7
Despesa total da Prefeitura* (B)	354.844,4	414.606,8	454.407,1	532.288,8	546.669,7
Despesa da Prefeitura*	339.432,5	394.195,4	434.320,3	510.439,7	521.646,3
Repasso para a Câmara Municipal	9.397,6	11.258,1	12.544,5	14.271,4	13.336,0
Transferência para a administração indireta	6.014,3	9.153,4	7.542,3	7.577,7	11.687,4
Resultado orçamentário da Prefeitura (C=A-B)	22.427,1	-613,1	2.122,4	8.318,5	17.076,0
Resultado / Receita (C/A)	5,9%	-0,1%	0,5%	1,5%	3,0%

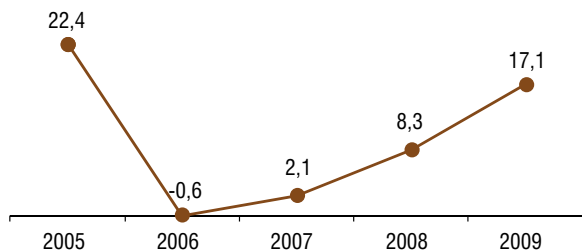
* Somente da Administração Direta. Fonte: balanços municipais.

resultado orçamentário foi superavitário em todos os anos do período, exceto em 2006, quando ficou relativamente equilibrado. Em 2009, o resultado positivo foi de R\$ 17,1 milhões, o que representou 3% da receita total.

Evolução da receita e da despesa
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Resultado orçamentário
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Esses resultados positivos foram responsáveis pela reversão da situação de endividamento

de curto prazo. Em 2005, Piracicaba registrava uma insuficiência financeira de R\$ 3,2 milhões, o que correspondia a 0,9% da receita corrente. No ano seguinte, em 2006, essa insuficiência foi reduzida pela metade (-54%), para apenas R\$ 1,5 milhão.

A continuidade dos superávits orçamentários permitiu que, nos anos seguintes, a insuficiência se tornasse suficiência financeira. Em 2009, mesmo diante da crise econômica internacional, Piracicaba obteve um forte aumento na sua suficiência financeira, de 202%, que chegou a R\$ 25,1 milhões, fruto da contenção dos gastos num cenário em que a receita teve um desempenho bastante abaixo do registrado nos anos anteriores, no entanto, acima das expectativas pessimistas para aquele ano. De fato, em 2009 a receita cresceu apenas 4,3%, em relação ao ano anterior, e a despesa, 2,7%, no mesmo período.

Como será demonstrado ao longo desta publicação, os resultados orçamentários positivos e a suficiência financeira, alcançados ao longo dos anos de 2005 a 2009, foram consequências não apenas do excelente desempenho da maior parte dos itens da receita, mas também do controle dos gastos. A gestão das despesas, no sentido de que elas se expandissem sem, no entanto, ultrapassar o nível da receita, foi o fator fundamental para a obtenção dos bons resultados.

Suficiência financeira da Prefeitura

	2005	2006	2007	2008	2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009				
Ativo financeiro (A)	41.898,3	41.391,0	46.573,6	87.858,0	113.322,1
Passivo financeiro (B)	45.107,4	42.859,8	46.805,1	79.529,4	88.184,7
Receita corrente (C)	372.130,1	401.805,6	449.438,2	529.477,3	548.309,9
Suficiência financeira (D = A - B)	-3.209,1	-1.468,8	-231,5	8.328,7	25.137,4
Suficiência financeira/ Receita corrente (D/C)	-0,9%	-0,4%	-0,1%	1,6%	4,6%

3

Receita da Prefeitura

Principais itens da receita da Prefeitura - 2005-2009

Itens da receita	2005	2006	2007	2008	2009	Varição 2009/2008	Varição 2009/2005	Partic. rec. total 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009					em %		
1 - Receita corrente^a (2+3+4-5)	372.130,1	401.805,6	449.438,2	529.477,3	548.309,9	3,6%	47,3%	97,3%
2 - Receita tributária	109.226,1	118.540,6	126.644,5	147.477,8	143.323,3	-2,8%	31,2%	25,4%
IPTU	35.642,8	35.604,1	35.561,1	37.777,9	40.692,0	7,7%	14,2%	7,2%
IRRF	13.894,0	13.932,6	13.838,7	14.271,1	12.872,3	-9,8%	-7,4%	2,3%
ITBI	4.677,6	6.147,7	7.443,9	10.047,4	9.351,7	-6,9%	99,9%	1,7%
ISS	46.105,8	52.256,2	57.806,6	70.955,2	64.975,6	-8,4%	40,9%	11,5%
Taxas	8.542,4	10.117,1	11.139,9	13.426,8	14.309,0	6,6%	67,5%	2,5%
3 - Transferências correntes ^a	262.355,9	283.506,0	322.010,4	390.332,7	417.287,4	6,9%	59,1%	74,0%
Transferências da União ^a	73.754,8	77.320,7	86.944,2	112.562,3	123.484,9	9,7%	67,4%	21,9%
FPM ^a	27.657,0	29.361,1	32.677,2	38.453,4	36.163,4	-6,0%	30,8%	6,4%
SUS - União	36.714,2	38.594,7	44.185,3	62.023,6	74.656,4	20,4%	103,3%	13,2%
FNDE	5.476,8	6.112,1	7.054,4	8.360,2	9.732,9	16,4%	77,7%	1,7%
Outras transferências da União ^a	3.906,9	3.252,7	3.027,3	3.725,1	2.932,2	-21,3%	-24,9%	0,5%
Transferências do Estado ^a	168.932,2	183.638,7	198.945,0	226.317,7	233.876,0	3,3%	38,4%	41,5%
QPM-ICMS ^a	137.194,6	146.989,0	154.359,1	178.511,8	183.501,0	2,8%	33,8%	32,6%
IPVA ^a	29.509,6	34.386,3	42.084,4	45.236,2	48.421,1	7,0%	64,1%	8,6%
Outras transferências do Estado ^a	2.228,0	2.263,4	2.501,5	2.569,7	1.953,9	-24,0%	-12,3%	0,3%
Outras transferências correntes	19.668,9	22.546,6	36.121,1	51.452,6	59.926,5	16,5%	204,7%	10,6%
Transferências do Fundef/Fundeb ^b	13.990,1	16.782,9	27.435,3	42.208,6	51.081,1	21,0%	265,1%	9,1%
Demais transferências correntes	5.678,7	5.763,7	8.685,8	9.244,1	8.845,4	-4,3%	55,8%	1,6%
4 - Outras receitas correntes	25.902,3	26.650,5	36.841,3	37.774,4	41.310,1	9,4%	59,5%	7,3%
Receita da dívida ativa	12.937,7	13.931,7	19.010,5	20.343,2	21.044,0	3,4%	62,7%	3,7%
Demais receitas correntes	12.964,7	12.718,8	17.830,8	17.431,1	20.266,1	16,3%	56,3%	3,6%
5 - Deduções da receita para formação do Fundef/Fundeb	25.354,2	26.891,4	36.058,0	46.107,5	53.610,9	16,3%	111,4%	9,5%
6 - Receitas de capital (7+8+9)	5.141,3	12.188,1	7.091,4	11.130,0	15.435,8	38,7%	200,2%	2,7%
7 - Operações de crédito	0,0	0,0	0,0	443,7	0,0	-100,0%	-	0,0%
8 - Transferências de capital	1.924,0	9.948,7	6.504,8	10.178,6	15.254,8	49,9%	692,9%	2,7%
9 - Outras receitas de capital	3.217,4	2.239,4	586,6	507,7	181,0	-64,4%	-94,4%	0,0%
10 - Receita total da Prefeitura^c (1+6)	377.271,5	413.993,7	456.529,6	540.607,3	563.745,7	4,3%	49,4%	100,0%

Fonte: balanços municipais. Notas: ^aValores sem as deduções para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). ^bAté 2006 vigorou o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). A partir de 2007, o Fundef foi transformado em Fundeb. ^cNão inclui a receita própria das entidades da administração indireta.

Composição da receita

As receitas municipais são classificadas em dois grandes grupos: receitas correntes e receitas de capital. As primeiras são compostas por recursos que ingressam com regularidade nos cofres públicos. Os tributos municipais e as transferências constitucionais da União e do governo estadual são os principais itens da receita corrente.

As receitas de capital, por sua vez, não têm uma periodicidade regular de entrada no tesouro municipal e os recursos assim classificados só podem ser aplicados em atividades específicas. Entre as receitas de capital, as mais importantes são aquelas provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias realizadas pela União e pelo governo estadual para serem aplicadas em investimentos pelos municípios.

A principal fonte de receita de Piracicaba é sua quota-parte na transferência estadual do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS). Em 2009, sozinha, respondeu por 32,6% de



Pavimentação da Avenida Pompeia

toda receita da Prefeitura. Em seguida aparecem os recursos da União para o Sistema Único de Saúde (SUS). Como será abordado mais adiante, os recursos do SUS são aplicados, exclusivamente, na área de saúde e cobrem apenas parte do custo do setor. Acrescidas da arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS), as três principais fontes de receita responderam por mais da metade (57,3%) do total. Se agregadas ainda as receitas provenientes das transferências do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e das transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), chega-se a quase 80% do total.

As 10 maiores fontes de receita de Piracicaba em 2009

Posição	Itens	Valores em R\$ milhões	Participação %	Participação % acumulada
1º	QPM-ICMS	183,5	32,6%	32,6%
2º	SUS - União	74,7	13,2%	45,8%
3º	ISS	65,0	11,5%	57,3%
4º	IPVA	48,4	8,6%	65,9%
5º	IPTU	40,7	7,2%	73,1%
6º	FPM	36,2	6,4%	79,5%
7º	Receita da dívida ativa	21,0	3,7%	83,3%
8º	Taxas	14,3	2,5%	85,8%
9º	IRRF	12,9	2,3%	88,1%
10º	FNDE	9,7	1,7%	89,8%
	Receita total	563,7	100,0%	100,0%

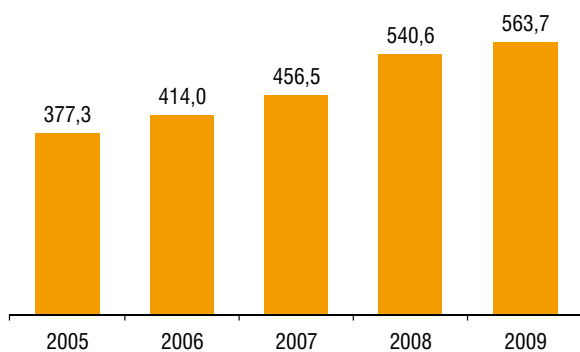


Faculdade de Tecnologia (Fatec) e Escola Técnica (Etec)

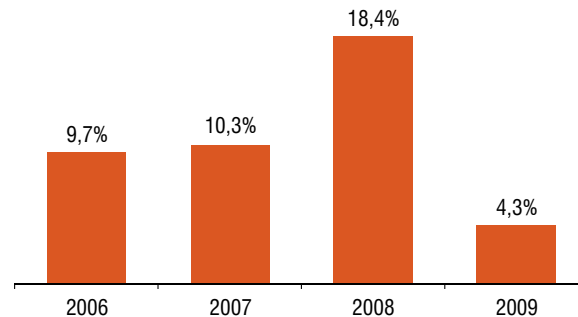
Desempenho

Entre 2005 e 2008 a receita total da Prefeitura de Piracicaba cresceu vigorosamente, saltando de R\$ 377,3 milhões para R\$ 540,6 milhões, em valores corrigidos pelo IPCA, índice oficial do Governo Federal para medir a inflação. No acumulado desses anos, o aumento real da receita foi de 43,3%.

Evolução da receita total
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Taxas anuais de crescimento da receita



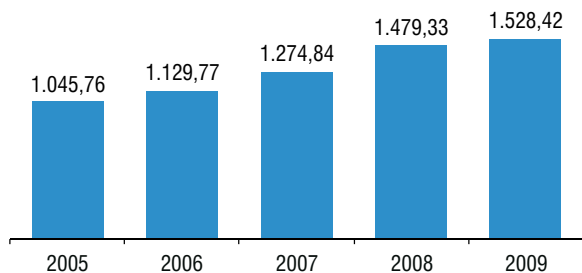
As receitas que mais contribuíram para esse resultado foram: o repasse estadual de ICMS, que teve um aumento de R\$ 41,3 milhões; a transferência da União para o SUS, que cresceu R\$ 25,3 milhões; e a arrecadação tributária própria, que avançou R\$ 38,3 milhões. Dentre os tributos, destacou-se o ISS, cujo incremento foi de R\$ 24,8 milhões.

Em 2009, a crise econômica internacional prejudicou o desempenho da indústria, do comércio e do setor de serviços em todo o país. Nesse contexto, a receita total da Prefeitura de Piracicaba alcançou a cifra de R\$ 563,7 milhões, o que significou um incremento de 4,3% em relação a 2008, taxa bastante inferior às prevaletentes nos anos anteriores.

Os itens que mais contribuíram para a expansão da receita, em 2009, foram as transferências para o SUS feitas pela União, cujo acréscimo foi de R\$ 12,6 milhões, e a transferência de capital, que registrou um aumento de R\$ 5,1 milhões.

Os sucessivos aumentos da receita total resultaram num avanço progressivo da receita per capita, que passou de R\$ 1.045,76, em 2005, para R\$ 1.528,42, em 2009.

Evolução da receita da Prefeitura per capita em R\$ - IPCA médio de 2009



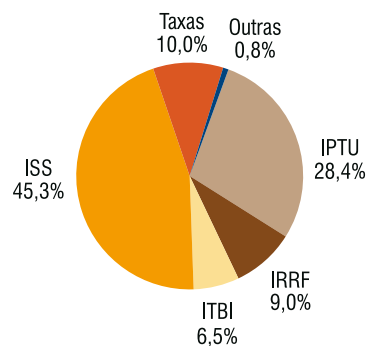
Compare Piracicaba

Piracicaba alcançou, em 2008, uma receita consolidada por habitante, aquela que inclui a receita da administração indireta, de R\$ 1.784,72, valor inferior à média dos municípios paulistas, de R\$ 1.931,79. Entretanto, o indicador ficou ligeiramente acima das demais cidades paulistas com mais de 300 mil habitantes (exceto a capital), de R\$ 1.754,73.

3.1 Receita tributária

A receita tributária própria é composta pelo IPTU, ISS, Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* (ITBI), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), pelas taxas municipais e pela Contribuição de Melhoria (relativa a pavimentação e obras). Ou seja, é a parcela da receita diretamente arrecadada pela municipalidade.

Composição da receita tributária 2009



Ponte José Luiz Guidotti





ISS

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide sobre a prestação de serviços por empresas ou profissionais autônomos. O fato gerador do ISS são os serviços listados na Lei Complementar nº 116, de 31 de junho de 2003, e o contribuinte é a própria empresa ou o profissional autônomo que os presta.

IPTU

O fato gerador do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel. O contribuinte é o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, sobre o qual recai uma alíquota definida em nível municipal. Em Piracicaba as alíquotas são de 2,75% sobre o valor venal do terreno sem edificação e de 2% sobre o valor venal do imóvel edificado.

ITBI

O Imposto Sobre a Transmissão de Bens

Inter Vivos (ITBI) tem como fato gerador a transmissão de bens imóveis, e a base de cálculo do imposto é o valor venal do bem. Em Piracicaba a alíquota do ITBI é de 2% sobre o valor venal do imóvel ou sobre o valor da transação, o que for maior.

IRRF

O Imposto de Renda (IR) é um imposto federal. No entanto, a parcela cobrada sobre todo o rendimento pago pela prefeitura, como salários, aposentadorias e pensões, é contabilizada como receita do município, ou seja, não é repassada à União. Essa parcela é denominada Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

Taxas municipais

As taxas são tributos com destinação vinculada ao custeio de determinadas atividades realizadas pelo governo. Elas dividem-se em dois grupos. O primeiro é composto por aquelas relacionadas à prestação de serviços, cujas receitas destinam-se ao custeio de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos à disposição dele. O segundo, por taxas pelo exercício do poder de polícia, recolhidas para custear as atividades públicas de controle, fiscalização, vistoria, inspeção ou concessão de licença.

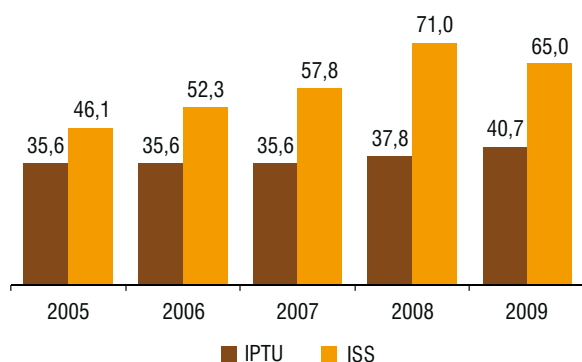
Em Piracicaba os tributos exibiram uma trajetória ascendente, entre 2005 e 2008, acumulando um crescimento de 35%. Em 2009, a arrecadação tributária recuou 2,8%, devido aos efeitos da crise econômica internacional. A arrecadação de ISS, ITBI e IRRF foram as mais afetadas e o

resultado só não foi pior devido à expansão do IPTU e das taxas.

O ISS, principal tributo municipal, foi o grande responsável pela queda da receita tributária. Em 2009, o imposto amargou uma queda de

8,4%, após ter apresentado um excelente desempenho nos anos anteriores. Entre 2005 e 2008 sua arrecadação aumentou 53,9%, muito superior ao aumento médio da arrecadação de ISS do conjunto dos municípios paulistas com população acima de 300 mil habitantes, exceto a capital, que foi de 42,8%. Apesar da queda, a receita de ISS manteve-se em níveis elevados em 2009, sendo o recolhimento de R\$ 65 milhões inferior apenas ao patamar observado em 2008.

Arrecadação do IPTU e do ISS
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Taxas anuais de crescimento da receita de ISS



O ITBI apresentou um comportamento semelhante ao do ISS, com a arrecadação mais do que dobrando (114,8%). Saltou de R\$ 4,7 milhões, em 2005, para R\$ 10 milhões, em 2008, desempenho muito superior à média dos municípios paulistas de mesmo porte populacional, que obtiveram um aumento de 71,4% no mesmo período. Em 2009, a arrecadação do ITBI sofreu uma queda de 6,9%, influenciada pela crise econômica. O ITBI tem um peso relativamente pequeno no orçamento municipal. Em 2009, ele respondeu por 1,7% do conjunto das receitas da Prefeitura de Piracicaba.

Acompanhando o desempenho do ISS e do ITBI, o recolhimento do IRRF também apresentou queda em 2009. Ele vinha girando próximo a R\$ 14 milhões, entre 2005 e 2008, e recuou para R\$ 12,9 milhões em 2009.

Inversamente, o IPTU, segundo principal tributo de Piracicaba, que vinha registrando uma arrecadação estável em R\$ 35,6 milhões entre 2005 e 2007, cresceu pelo segundo ano consecutivo, alcançando a cifra de R\$ 40,7 milhões, o que significou um aumento de 7,7%, resultado superior à expansão de 6,2% de 2008. Esse desempenho positivo foi resultado do aumento no lançamento do imposto, que alcançou um maior número de contribuintes sem que houvesse incremento na carga tributária.

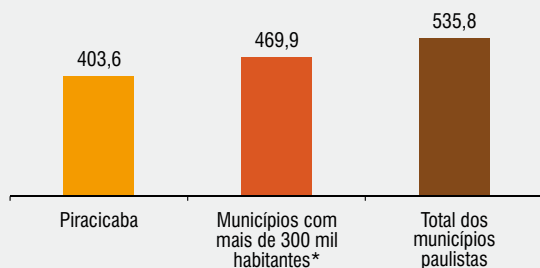
As taxas mantiveram a trajetória ascendente, chegando à cifra de R\$ 14,3 milhões, em 2009. O crescimento foi de 6,6%, muito aquém da expansão dos anos anteriores, nos quais cresceu entre 10% e 20%. Um fato a ser

destacado é que a administração municipal não instituiu a Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (Cosip), adotada pelos municípios brasileiros em substituição à taxa de iluminação pública, considerada inconstitucional desde 1999. Dessa forma, os serviços de iluminação pública são custeados por outras fontes do tesouro municipal.

Compare Piracicaba

A receita tributária per capita de Piracicaba é menor que a média dos 20 municípios paulistas com população acima de 300 mil habitantes, exceto São Paulo, e que a do total dos municípios paulistas.

Receita tributária per capita - 2008
em R\$ - IPCA médio de 2009



* exceto São Paulo.

3.2 Transferências do Estado

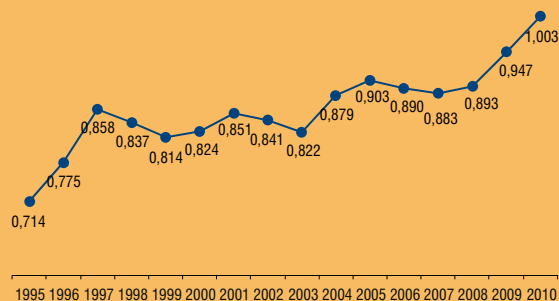
As principais transferências constitucionais que o Governo do Estado repassa aos municípios paulistas são as quotas-partes municipais do ICMS e do IPVA dos veículos licenciados no município.

A arrecadação do ICMS é de competência dos estados. Por determinação constitucional e legislação complementar, os estados repassam 25% da arrecadação desse imposto aos seus respectivos municípios, aqui chamada de QPM-ICMS. Para dividir a QPM-ICMS entre os municípios de um Estado, são utilizados os Índices de Participação dos Municípios (IPMs).

Os IPMs são calculados anualmente, de acordo com o artigo 158, parágrafo único, da Constituição Federal. Segundo esse artigo, 75% do IPM é definido na proporção do valor adicionado de cada cidade. Os 25% restantes são divididos conforme critérios adotados em cada Estado. No Estado de São Paulo, os critérios estão estabelecidos na Lei Estadual nº 8.510 de 2003. Veja no gráfico a seguir a evolução do IPM de Piracicaba.

O repasse é realizado pelo governo estadual todas as terças-feiras, referente à arrecadação líquida de ICMS da semana anterior.

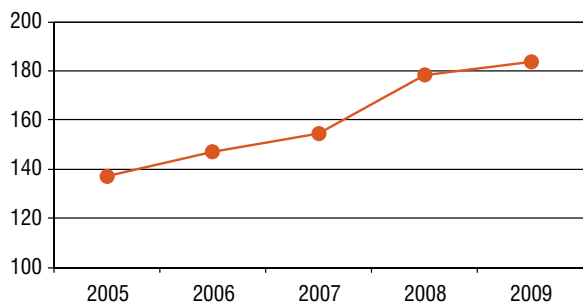
Evolução do IPM de Piracicaba



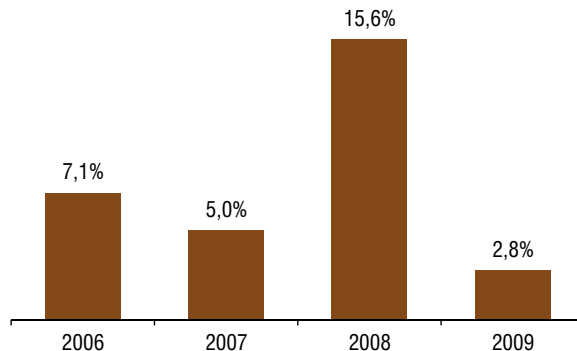
A QPM-ICMS tem apresentado sucessivos aumentos nos últimos anos, passando de R\$ 137,2 milhões, em 2005, para R\$ 183,5 milhões, em 2009. Em 2006 e 2007, as boas taxas de crescimento decorreram basicamente do aumento da arrecadação do ICMS estadual.

Em 2008, a QPM-ICMS registrou seu maior crescimento do período, de 15,6%, influenciado tanto pela maior arrecadação estadual como pelo aumento do IPM municipal. Em 2009, o crescimento da QPM-ICMS de Piracicaba deveu-se ao aumento do IPM do Município, uma vez que a arrecadação estadual de ICMS encolheu 1,9%.

Evolução da QPM-ICMS
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Taxas anuais de crescimento da QPM-ICMS



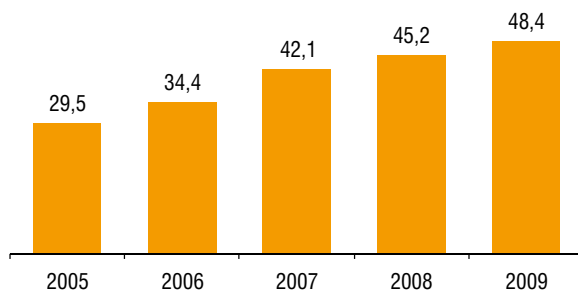
Distrito Industrial Uninorte



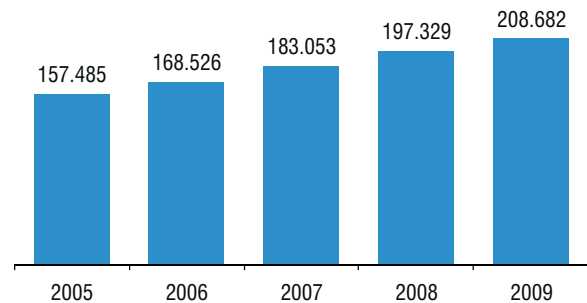
A receita proveniente do IPVA tem apresentado um excelente desempenho nos últimos anos. No acumulado de 2005 a 2009, o aumento foi de 64,1%, impulsionado pelo aumento da frota de veículos de Piracicaba, que cresceu 32,5% no mesmo período, passando de 157.485 para 208.682. Em 2009, a receita proveniente do IPVA atingiu a cifra de R\$ 48,4 milhões, valor que representou 8,6% da receita total. Metade da arrecadação estadual de IPVA dos automóveis licenciados no Município pertence a Piracicaba e a outra metade ao Governo do Estado.

Evolução do IPVA municipal

em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Evolução da frota de veículos de Piracicaba



Fonte: Denatran.

3.3 Transferências da União

Os municípios recebem diversas transferências da União. Em Piracicaba, as principais são as transferências para o SUS e o FPM.

Os recursos para o SUS são o segundo principal item da receita de Piracicaba, respondendo por 13,2% do total. É importante ressaltar que esses recursos só podem ser aplicados na prestação dos serviços de saúde.

Com sucessivos aumentos, o repasse ao SUS alcançou R\$ 74,7 milhões, em 2009. Seu avanço se intensificou a partir de 2007, sendo puxado pelos recursos destinados aos serviços de média e alta complexidades. Os valores repassados para essas modalidades subiram de, aproximadamente, R\$ 23,6 milhões, na média do biênio 2005-2006, para R\$ 60,8 milhões, em 2009. A participação dos recursos voltados para a média e a alta complexidades no total da transferência SUS avançou de pouco mais de 60%, entre 2005 e 2007, para 81,4%, em 2009.

Ciclovía



Essas transferências recebidas da União cobrem apenas parte do que o Município aplica na saúde. Em 2009, por exemplo, Piracicaba destinou R\$ 160,9 milhões para a saúde, sendo que os repasses do SUS, de R\$ 74,7 milhões, corresponderam a 46,4% desse total, portanto, menos da metade.

O FPM que a União transfere aos municípios é formado por 22,5% da arrecadação federal do IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A Emenda Constitucional nº 55, de setembro de 2007, manteve o percentual de 22,5% e estabeleceu um adicional de 1% da parcela do IR e do IPI destinada ao FPM, a ser creditado aos municípios em uma única parcela anual, no mês de dezembro.

Nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, a União credita o FPM aos municípios do Brasil, tendo como base a arrecadação do IR e do IPI de dois decêndios anteriores. A parcela adicional de 1% é creditada somente no primeiro decêndio de dezembro, a cada ano.

Após vários anos consecutivos de expressivo aumento, o FPM sofreu uma forte queda em 2009. O montante transferido pela União, nesse ano, foi de R\$ 36,2 milhões, valor 6% menor que no ano anterior. Essa acentuada queda deveu-se ao efeito combinado da retração na atividade econômica com uma série de incentivos fiscais fornecidos pelo Governo Federal no âmbito do IPI, concedidos para estimular a economia. Com isso, a arrecadação da União do IR e do IPI caiu, respectivamente, 4,7% e 25,7%, em 2009. Nesse mesmo ano, o FPM respondeu por 6,4% da receita total de Piracicaba.



O total do FPM é dividido em três partes:

- ▶ FPM-Interior, composto por 86,4% do FPM e distribuído aos municípios do interior do país de acordo com os coeficientes definidos por faixa de população;
- ▶ FPM-Capital, formado por 10% do FPM e distribuído para todas as capitais de acordo com a população e o inverso da renda per capita; e
- ▶ FPM-Reserva, composto por 3,6% do FPM e distribuído aos municípios do interior com população superior a 142.633 habitantes, considerando a população e o inverso da renda per capita.

Piracicaba participa do FPM-Interior com coeficiente 4 e também do FPM-Reserva, pois possui 368.843 habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE para 2009.

Para se definir a participação de cada município no FPM-Interior, primeiro leva-se em consideração a participação do conjunto de municípios de cada Estado no total desse Fundo. Os municípios paulistas têm uma participação fixa de 14,262% no FPM-Interior. O percentual dessa fatia que será repassado para cada município é obtido dividindo-se o coeficiente do município pelo somatório de todos os coeficientes das cidades paulistas.



Laboratório de Inclusão Digital

3.4 Receita de capital

As receitas de capital são compostas pelos recursos advindos das operações de crédito, da venda de bens do patrimônio público e das transferências de capital realizadas pelos governos estadual e federal. Em 2009, a receita de capital de Piracicaba atingiu seu maior patamar, de R\$ 15,4 milhões, o triplo do valor registrado em 2005. Nos últimos anos, a receita de capital mais importante do município tem sido as transferências de capital.

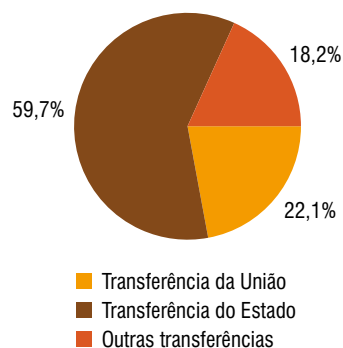
3.4.1 Transferência de capital

As transferências de capital são recursos provenientes da União, do Estado e de outras entidades, como instituições públicas e privadas, para a viabilização de programas ou investimentos já determinados.

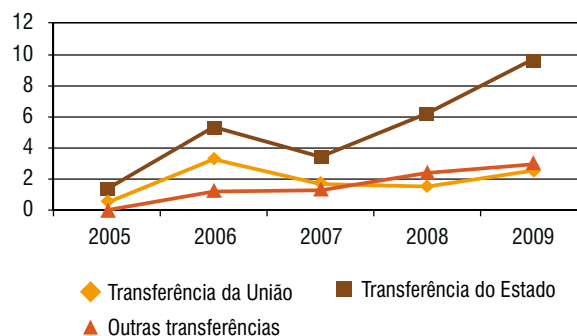
Nos últimos cinco anos, o Estado transferiu R\$ 26,1 milhões, quase 60% do total das transferências

de capital recebidas pela cidade. A União injetou R\$ 9,7 milhões, o que representou 22,1% do total, e o restante, R\$ 8 milhões, foram provenientes de outras transferências de capital.

Composição da transferência de capital no período 2005-2009



Transferências de capital em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Em 2009, as transferências de capital totalizaram R\$ 15,3 milhões. Desse total, R\$ 5,1 milhões foram direcionados para a infraestrutura no loteamento Jardim Gilda, R\$ 3,1 milhões para a construção do Parque Tecnológico e R\$ 3 milhões para a restauração do Engenho Central.

4

Despesa da Prefeitura

Principais itens da despesa da Prefeitura de 2005 a 2009

Itens da despesa	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Variação 2009/2005	Partic. desp. total 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009					em %		
1 - Pessoal	148.695,7	159.812,0	164.871,1	179.102,9	188.819,6	5,4%	27,0%	36,2%
Pessoal ativo	133.087,8	143.478,9	147.686,5	161.419,9	174.053,3	7,8%	30,8%	33,4%
Inativos	15.263,7	15.979,7	16.859,2	17.337,7	14.438,7	-16,7%	-5,4%	2,8%
Pensionistas	336,7	346,4	320,8	339,3	325,6	-4,0%	-3,3%	0,1%
Salário-família	7,5	7,0	4,6	5,9	2,0	-66,6%	-73,4%	0,0%
2 - Custeio	152.360,2	167.639,3	200.972,4	215.343,1	232.047,3	7,8%	52,3%	44,5%
Material de consumo	29.422,3	32.917,6	35.340,6	35.393,8	39.349,2	11,2%	33,7%	7,5%
Serviços de terceiros e encargos	107.195,4	118.498,6	108.901,4	103.910,3	106.038,4	2,0%	-1,1%	20,3%
Outras despesas de custeio	15.742,5	16.223,1	56.730,5	76.038,9	86.659,7	14,0%	450,5%	16,6%
3 - Juros e amortizações da dívida	5.764,3	6.989,7	7.651,1	8.789,1	7.782,1	-11,5%	35,0%	1,5%
4 - Investimentos ^a	32.612,3	59.754,3	60.825,6	107.204,6	92.997,3	-13,3%	185,2%	17,8%
5 - Despesa da Prefeitura (1+2+3+4)	339.432,5	394.195,4	434.320,3	510.439,7	521.646,3	2,2%	53,7%	100,0%
6 - Repasse para a Câmara Municipal	9.397,6	11.258,1	12.544,5	14.271,4	13.336,0	-6,6%	41,9%	2,6%
7 - Transferência para a administração indireta	6.014,3	9.153,4	7.542,3	7.577,7	11.687,4	54,2%	94,3%	2,2%
Emdhap	4.471,2	6.586,4	5.533,4	4.934,0	4.791,9	-2,9%	7,2%	0,9%
Ipsap	1.160,5	1.925,6	1.331,7	2.054,9	5.962,3	190,1%	413,8%	1,1%
Ipplap	382,6	641,3	677,2	588,8	933,2	58,5%	143,9%	0,2%
8 - Despesa Total (5+6+7)	354.844,4	414.606,8	454.407,1	532.288,8	546.669,7	2,7%	54,1%	104,8%

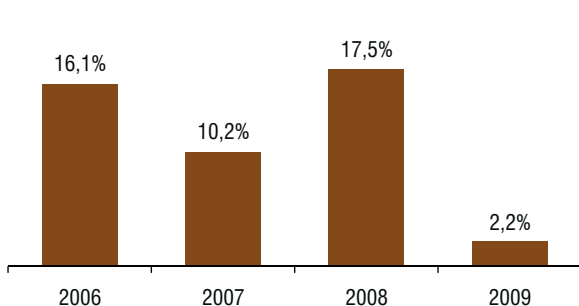
Fonte: balanços municipais. ^aRefere-se à despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.



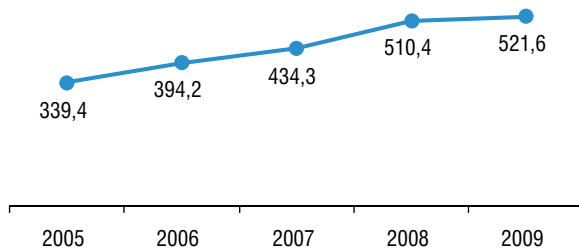
Desempenho

Acompanhando o ritmo de expansão da receita, as despesas da Prefeitura de Piracicaba cresceram acima de 10% ao ano, entre 2005 e 2008. Em 2009, houve a necessidade de conter seu aumento em função do menor crescimento das receitas. Ao longo desse período, a despesa passou de R\$ 339,4 milhões para R\$ 521,6 milhões, a preços atualizados.

Crescimento anual da despesa



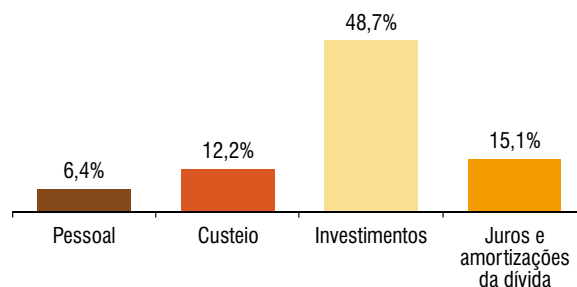
Evolução da despesa
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



A despesa municipal pode ser agrupada em quatro grandes itens: pessoal, custeio¹,

investimentos² e encargos e amortizações da dívida. Entre 2005 e 2008, esses grandes itens elevaram-se amparados pela forte expansão das receitas. O maior crescimento médio anual foi registrado pelos investimentos, com 48,7% ao ano no período. Na sequência vêm encargos e amortizações da dívida, custeio e pessoal, nessa ordem.

Crescimento médio anual dos principais itens da despesa - 2005-2008



Em termos de valores absolutos, a despesa total cresceu R\$ 171 milhões, de 2005 a 2008. A maior parcela (43,6%) correspondeu aos recursos adicionais (R\$ 74,6 milhões) direcionados para investimentos, que superou o incremento dos custeios, de R\$ 63 milhões, ou 36,8% do crescimento total. O aumento do gasto com pessoal, por sua vez, de R\$ 30,4 milhões, significou 17,8% do total. O dispêndio com encargos e amortizações da dívida, com R\$ 3 milhões adicionais, foi o item que menos colaborou com o aumento das despesas, respondendo por apenas 1,8%.

¹ Para esta publicação, custeio é toda a despesa corrente, exceto pessoal.

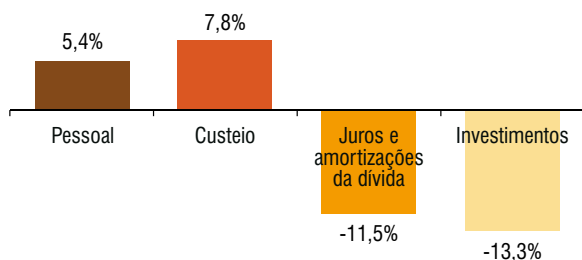
² São considerados investimentos toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.

A crise de 2009

Em 2009, a crise econômica internacional afetou as receitas e, conseqüentemente, as despesas. Para manter seu orçamento equilibrado conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Prefeitura de Piracicaba controlou o crescimento dos seus gastos, reduzindo o ritmo de sua expansão de 14,6%, na média anual de 2005 a 2008, para 2,2%, em 2009. No mesmo ano, o aumento das receitas foi de 4,3%.

Dentre os principais itens da despesa, houve queda nos investimentos, de -13,3%, e nos gastos com a dívida, de -11,5%. O dispêndio com custeios, que foram expandidos a uma taxa média de 12,2% ao ano, de 2005 a 2008, tiveram seu crescimento reduzido para 7,8%, em 2009. O item pessoal, cujo aumento médio foi de 6,4% no mesmo período, cresceu 5,4% em 2009.

Crescimento dos principais itens da despesa - 2009/2008

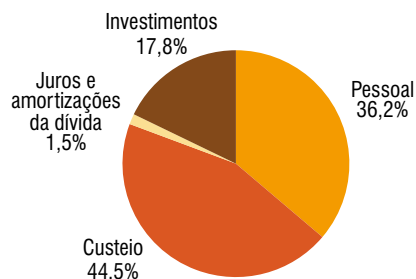


Composição

De 2005 a 2009, o custeio manteve-se como o maior item da despesa do município. Em 2009, respondeu por 44,5% do total. Em seguida, aparece o gasto com pessoal, que representou 36,2%, cujo peso no orçamento tem declinado

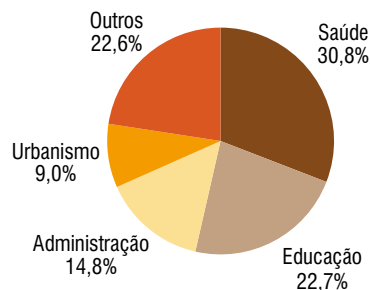
nos últimos anos. Os investimentos, ao contrário, aumentaram o tamanho de sua fatia. Entre 2003 e 2005, representavam de 7% a 10% da despesa total e, no biênio 2008-2009, 21% e 17,8%, respectivamente. Os dispêndios com a dívida mantiveram-se entre 1,7% e 1,5%, no mesmo período.

Composição da despesa total - 2009



Observando-se a despesa por função em 2009, a saúde foi a área que absorveu a maior parte da despesa municipal, com 30,8%, seguida pela educação, que concentrou 22,7%. Juntas, elas responderam por 53,6%, percentual que aumenta para 77,4% quando se adicionam outras duas grandes funções, a administrativa e a de urbanismo.

Composição da despesa por função 2009





Atendimento médico no Programa de Saúde da Família 1º de Maio

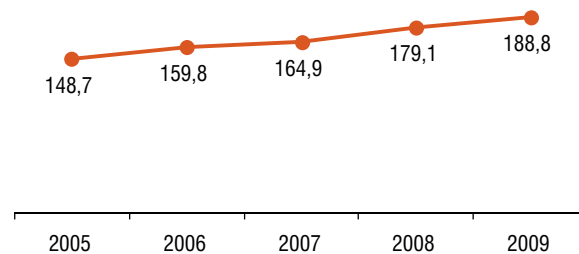
4.1 Pessoal

Em 2005, a despesa com pessoal do Município foi de R\$ 148,7 milhões, valor que passou para R\$ 188,8 milhões, em 2009, o que representou um incremento de 27% no período.

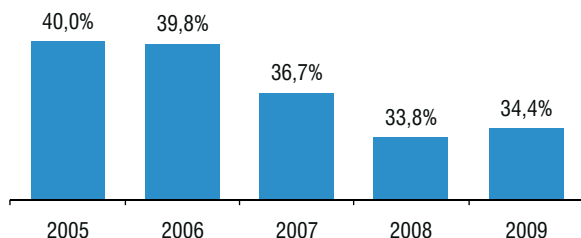
Apesar desse aumento, a parcela da receita corrente destinada ao pagamento da folha de pessoal declinou gradualmente, passando de 40% para 33,8%, em 2008. Essa redução é explicada pelo acentuado crescimento da receita corrente de 42,3%, no mesmo período. Desse modo, quando a receita corrente cresce mais que o gasto com pessoal, cai a relação pessoal/receita corrente. Em 2009, o percentual subiu ligeiramente para 34,4%, devido ao aumento do gasto com pessoal ter sido um pouco superior

ao da receita corrente. É preciso lembrar que, a partir desse ano, a tendência é a de que o desempenho da receita seja mais tímido em relação aos últimos cinco anos. Portanto, a relação pessoal/receita corrente provavelmente aumentará.

Evolução da despesa com pessoal
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Evolução da despesa com pessoal em relação à receita corrente



A maior parcela do gasto com pessoal diz respeito à Secretaria Municipal de Saúde. Em 2009, a unidade respondeu por 37,1% de toda a folha de pagamento do funcionalismo da Administração Direta (Prefeitura). Em seguida, vem a Secretaria Municipal de Educação, com 25,9%. Juntas explicam 63% de gasto com pessoal.

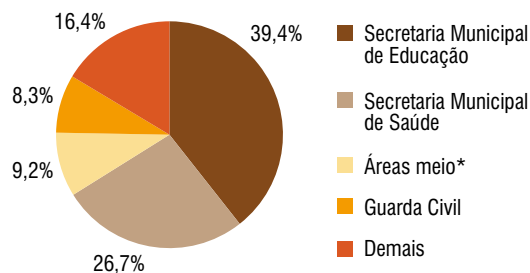
Despesa com pessoal por órgão - 2009

Órgãos	Valor em R\$ milhões	%
Secretaria Municipal de Saúde	70,0	37,1
Secretaria Municipal de Educação	48,8	25,9
Secretaria Municipal de Finanças	17,4	9,2
Guarda Civil	14,6	7,7
Demais	38,1	20,2
Total	188,8	100,0

Em 2009, Piracicaba contava com 5.513 servidores ativos lotados na Administração Direta (Prefeitura). Mais 770 compõem o corpo de funcionários da Administração Indireta e 190 pertencem à Câmara Municipal. Dos servidores ativos da Prefeitura, 1.417 são professores em atividade docente, o que representa pouco mais de um quarto (25,7%) do total e mais da metade (65,3%) de todos os funcionários da Educação. Os médicos, por sua vez, somam 287 profissionais em diversas especialidades,

além dos demais 1.187 profissionais da saúde que incluem dentistas, enfermeiros, psicólogos, agentes de saúde e outros.

Distribuição dos servidores na Administração Direta - 2009

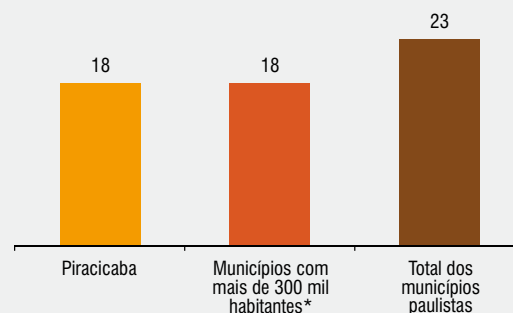


* Inclui a Procuradoria Geral e as secretarias de Governo, Administração e Finanças.

Compare Piracicaba

De acordo com os dados do IBGE, o município de Piracicaba possui, em média, 18 servidores para cada grupo de mil habitantes. Esse número é o mesmo registrado pelos municípios do Estado de São Paulo com mais de 300 mil habitantes, e inferior à média de 23 servidores por mil habitantes, registrada pelo total dos municípios paulistas.

Número de servidores por mil habitantes



* exceto São Paulo.



Curso de qualificação profissional

Quantidade de servidores - 2009

Poder / Órgão	Número de servidores	Composição
Poder Executivo	6.283	79,6%
Administração Direta	5.513	69,8%
Secretaria Municipal de Educação	2.171	27,5%
Secretaria Municipal de Saúde	1.474	18,7%
Guarda Civil	458	5,8%
Secretarias das áreas meio*	506	6,4%
Demais secretarias	904	11,4%
Administração Indireta	770	9,7%
Serviço Municipal de Água e Esgoto - Sema	580	7,3%
Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba - Fumep	100	1,3%
Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba - Emdhap	50	0,6%
Instituto de Previdência e Assistência dos Funcionários Municipais - Ipass	20	0,3%
Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba - Ipplap	20	0,3%
Poder Legislativo	190	2,4%
Inativos	1.425	18,0%
Total	7.898	100,0%

* Inclui as secretarias de Governo, de Administração e de Finanças e a Procuradoria Geral.

4.2 Custeio

Toda a despesa corrente efetuada pela Prefeitura de Piracicaba, exceto os itens de pessoal e juros e encargos da dívida, foram agrupados no item custeio.

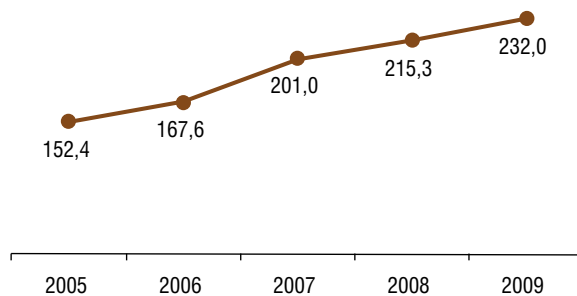
Percebe-se, portanto, que o custeio municipal engloba a aquisição de um extenso universo de bens e serviços utilizados na manutenção das áreas públicas da cidade, assim como das escolas e unidades de saúde, e ainda aqueles para atender às necessidades da burocracia governamental. Destacam-se os serviços de iluminação pública, limpeza urbana e coleta de lixo, aterro sanitário, sinalização da cidade, dragagem de rios e córregos, e manutenção de equipamentos e áreas públicas, como vias, escolas, postos de saúde, centros esportivos, praças, parques e jardins. A aquisição de material de consumo, tais como os utilizados nos serviços de saúde, os combustíveis, as peças, o material das escolas, de limpeza e de escritório, entre outros, também compõem uma parte importante do que se gasta com custeio. Ainda fazem parte do custeio municipal os recursos repassados às entidades privadas sem fins lucrativos que prestam serviços à comunidade, notadamente na área de saúde.

Essa diversidade de itens pode ser subdividida em quatro grandes blocos: serviços de terceiros, material de consumo, transferências a instituições privadas sem fins lucrativos e outras despesas de custeio.

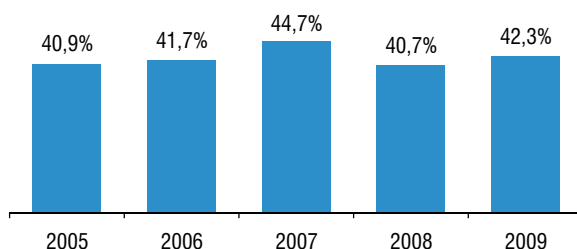
O conjunto dessas despesas de custeio cresceu ao longo dos últimos anos, passando de R\$ 152,4 milhões, em 2005, para R\$ 232 milhões, em 2009. Ao longo desse período consumiu pouco

mais de 40% da receita corrente. Em 2009, o percentual foi de 42,3%.

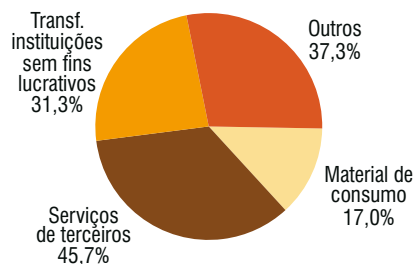
Evolução da despesa com custeio
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Evolução da despesa com custeio
em relação à receita corrente



Composição da despesa de custeio
2009





Câmeras de segurança

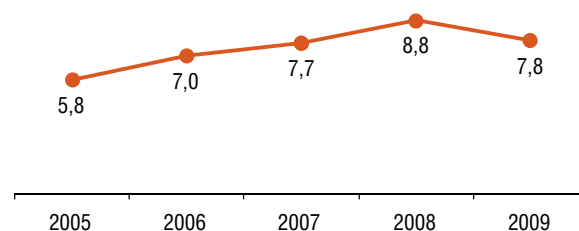
O salto nos gastos com custeio deveu-se, em grande parte, às transferências a instituições privadas sem fins lucrativos para prestar serviços de saúde à comunidade. Em 2005, foram repassados apenas R\$ 7,1 milhões, valor que saltou para R\$ 72,7 milhões em 2009.

Os principais itens do custeio municipal são aqueles enquadrados como serviços de terceiros. Afora o valor atípico de 2006, quando atingiu R\$ 118,5 milhões, nos demais anos os serviços de terceiros ficaram praticamente estáveis, oscilando em torno de R\$ 106 milhões. Já o material de consumo passou de R\$ 29,4 milhões, em 2005, para pouco mais de R\$ 35 milhões no biênio 2007-2008. Em 2009, cresceu 11,2%, totalizando R\$ 39,3 milhões.

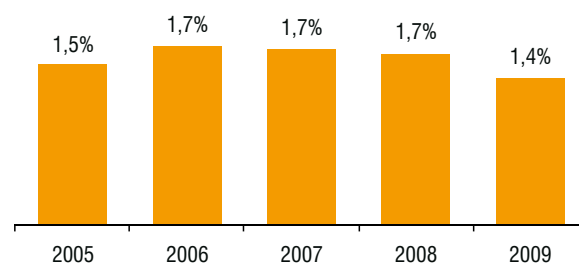
4.3 Dívida

A quantia destinada ao pagamento de juros e amortizações da dívida municipal oscilou entre R\$ 5,8 milhões e R\$ 7,8 milhões no período 2005-2009. Ao longo desses anos, Piracicaba tem comprometido menos de 2% de sua receita corrente para financiar seu endividamento.

Evolução dos gastos com a dívida
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Evolução dos gastos com a dívida
em relação à receita corrente



Os juros, encargos e amortizações referem-se a uma dívida consolidada (fundada) que atingiu R\$ 127,1 milhões, em 2009. A LRF e a Resolução nº 40 do Senado Federal estipulam um limite máximo de 120% para a dívida consolidada

líquida em relação à receita corrente líquida. Ao final de 2009, essa relação era de 1,4% em Piracicaba, portanto, muito abaixo do limite máximo estabelecido pela LRF.

Perfil da dívida fundada - 2009

Itens da dívida fundada	31/12/2009 em R\$ mil	Participação no total
Precatórios judiciais	57.063,8	44,9%
INSS	51.134,5	40,2%
SEMAE	7.656,5	6,0%
Parcelamento do Pasep	6.003,8	4,7%
CEF - Emdhap/Pró-Moradia	3.729,3	2,9%
Contrato PMAT	1.453,8	1,1%
Banespa - Projeto Cura	80,3	0,1%
Total geral	127.122,0	100,0%

4.3.1 Precatórios

Os precatórios são dívidas originárias de condenações judiciais contra a Fazenda Pública. Quando se esgotam as possibilidades de recursos, a ação é transformada em precatório e o ente público é obrigado a quitar a dívida com o credor. Geralmente, essas dívidas estão relacionadas às sentenças trabalhistas.

Entre 2005 e 2009, a Prefeitura de Piracicaba realizou um grande esforço para efetuar o pagamento dos precatórios, liquidando, em valores atualizados pelo IPCA, cerca de R\$ 80,3 milhões, nesse período. Esse montante representou 3,5% do total da receita corrente do mesmo período e foi originado, em grande parte, na década de 1980.

A maioria dos precatórios pagos (47,6%) era de natureza alimentar, ou seja, foram originados em ações de cunho empregatício entre a administração municipal e seus servidores, como

indenizações por danos físicos e morais, morte ou invalidez, férias, horas extras, entre outros. Vale ressaltar que, nos últimos anos, a Prefeitura de Piracicaba foi condenada, constantemente, a pagar precatórios e a arcar com as obrigações trabalhistas de vários funcionários terceirizados, cujas empresas deixaram pendências de pagamento de diversas verbas rescisórias e até mesmo salários e encargos. Para se evitar essa situação, é muito importante que a administração municipal tenha uma boa gestão dos contratos de serviços terceirizados.

O segundo maior volume de precatórios liquidados no período (27,6%) foi classificado como Emenda 30, em referência à Emenda Constitucional nº 30,





Rotatória da Avenida Dr. Paulo de Moraes

de 13 de setembro de 2000, que estabelece um prazo máximo de 10 anos para o pagamento dos precatórios anteriores a 1999. Geralmente, enquadram-se nessa classificação os precatórios com altos valores de indenização, como

desapropriação de imóveis para a construção de equipamentos públicos, abertura de ruas e alargamento, áreas declaradas de utilidade pública ou de proteção ambiental, descumprimento de contratos, entre outros.

Demonstrativo de pagamento de precatórios judiciais

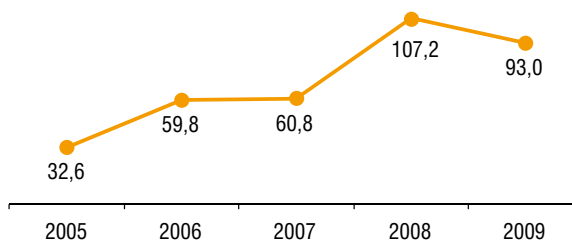
Precatórios	2005	2006	2007	2008	2009	Total
	<i>em R\$ mil - IPCA médio de 2009</i>					
Natureza alimentar	9.432,60	6.994,06	12.408,21	2.918,46	6.461,13	38.314,46
Emenda 30	2.924,94	3.294,99	3.124,78	7.311,82	5.515,84	22.172,38
Outras espécies	4.958,87	3.091,73	4.324,82	3.782,15	3.791,97	19.949,55
Total	17.316,41	13.380,77	19.857,81	14.012,43	15.768,95	80.336,38

4.4 Investimentos

A partir de 2006, os investimentos de Piracicaba registraram três recordes consecutivos. O valor que era de R\$ 32,6 milhões, em 2005, saltou para R\$ 60,8 milhões, aproximadamente, no biênio 2006-2007, e atingiu R\$ 107,2 milhões em 2008. Em 2009, o impacto da crise econômica internacional nas receitas do município causou a retração dos investimentos para R\$ 93 milhões, montante 13,3% menor que o efetivado no ano anterior. No entanto, esse valor encontra-se num patamar bastante elevado, uma vez que é muito maior que os investimentos realizados nos anos anteriores a 2008.



Evolução dos investimentos
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009

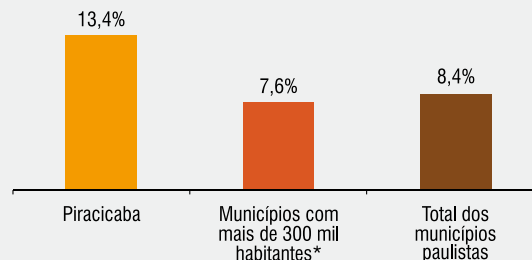


Compare Piracicaba

Segundo a publicação Finanças dos Municípios Paulistas, Piracicaba foi o Município que destinou a maior parcela de sua receita corrente para investimentos com recursos próprios no período 2005-2008, entre as cidades do Estado de São Paulo com mais de 300 mil habitantes, com percentual de 13,4%.

Entre o mesmo grupo de cidades, foi a segunda que mais expandiu os investimentos, em 142,1%, quando se compara o período de 2005-2008 contra os quatro anos anteriores.

Investimentos com recursos próprios na receita corrente - 2009



* exceto São Paulo.

Os principais investimentos realizados pela Prefeitura de Piracicaba, no período de 2005 a 2009, foram:

Construção de:

3 pontes (Lar dos Velinhos, Santa Terezinha e Vila Rezende/Nova Piracicaba)
21 sedes de Programa de Saúde da Família (PSF)
4 Unidades Básicas de Saúde (UBS) Regionais
22 escolas infantis
13 escolas de Ensino Fundamental
40 quilômetros de calçadas
75 centros de lazer
6 parques regionais de lazer (Monte Líbano, Paulista, Piracicamirim, Santa Terezinha, Jaraguá e Bosque dos Lenheiros/Mário Dedini)
12 campos de futebol profissional



Viatura da Guarda Civil - Pelotão Escolar

Outros investimentos:

pavimentação de 16 bairros, beneficiando 4.600 famílias
urbanização de 15 favelas, beneficiando 2.743 famílias
recapeamento de 58 quilômetros de ruas e avenidas
troca de 17.000 lâmpadas de mercúrio por sódio
instalação de 64 câmeras de vigilância
cobertura de 55 quadras, em parceria com o Estado



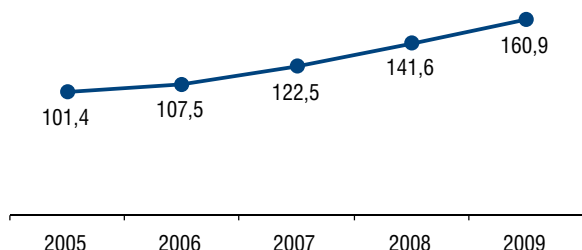
Pavimentação da Avenida Rio das Pedras

4.5 Saúde

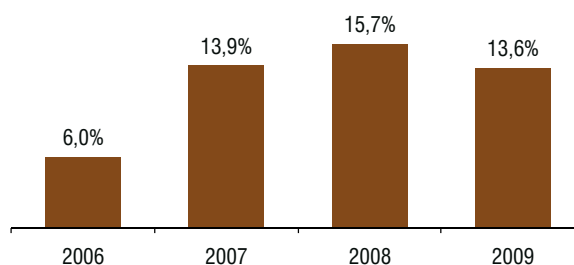
A saúde é a função municipal que mais absorve recursos em Piracicaba. Em 2009, foram aplicados no setor R\$ 160,9 milhões, 30,8% do total dos gastos da Prefeitura. Desde 2007, o volume de recursos aplicados no setor cresceu aceleradamente, com taxas anuais acima de 14%.

A maior parte dos recursos destinados à saúde provém da arrecadação própria da Prefeitura. Em 2009, por exemplo, 53% do total gasto em saúde, ou R\$ 85,3 milhões, tiveram origem em receitas próprias, enquanto que os restantes 47%, ou R\$ 75,7 milhões, foram recursos transferidos pela União e pelo Governo do Estado.

Evolução da despesa com saúde
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Taxa de crescimento da despesa com saúde



Participação dos recursos próprios e de transferências na despesa com saúde



De acordo com a Emenda Constitucional nº 29, desde 2004 todos os municípios brasileiros devem aplicar na saúde, no mínimo, 15% de sua receita de impostos recolhidos diretamente (IPTU, ITBI, ISS e IRRF) e das transferências constitucionais

Origem dos recursos destinados à saúde

Origem dos recursos	2005	2006	2007	2008	2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009				
Recursos próprios	63.914,52	67.733,12	77.151,08	79.133,75	85.253,70
Recursos da União, Estado e seus convênios	37.486,54	39.780,90	45.308,15	62.493,87	75.656,36
Total	101.401,06	107.514,02	122.459,23	141.627,61	160.910,06

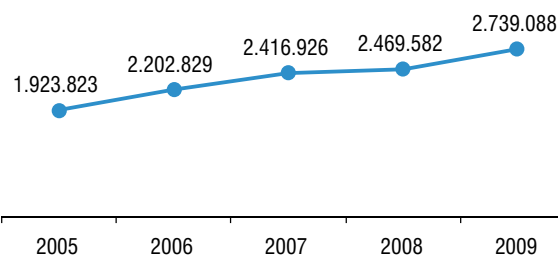


Policlínica Santa Terezinha

(FPM, ICMS, IPVA, ITR e IPI-Exportação). Desse conjunto de receitas, Piracicaba aplicou R\$ 83,5 milhões, o que representou 19,65% das receitas citadas, em 2009.

O aumento de recursos aplicados na saúde tem contribuído para o avanço da oferta de serviços e da estrutura física para atendimento, conforme pode ser observado nas tabelas a seguir.

Evolução do número de atendimentos em saúde



Evolução dos atendimentos de saúde em Piracicaba

Tipo de atendimento	2005	2006	2007	2008	2009
Atendimento Médico	804.474	866.909	870.044	813.781	794.742
Unidades de Pronto-Atendimento	466.829	498.453	489.236	449.284	418.876
Atenção Básica	337.645	368.456	380.808	364.497	375.866
Atendimento de Enfermagem	966.589	1.183.011	1.372.643	1.418.101	1.632.785
Unidades de Pronto-Atendimento	718.279	866.041	1.021.963	1.017.533	921.294
Atenção Básica	248.310	316.970	350.680	400.568	711.491
Atendimento Odontológico	152.760	152.909	174.239	237.700	311.561
Centro de Especialidades Odontológicas	77.795	79.667	81.854	102.128	108.642
Atenção Básica	74.965	73.242	92.385	135.572	202.919
Total	1.923.823	2.202.829	2.416.926	2.469.582	2.739.088

Nota: refere-se aos atendimentos realizados pelas unidades pertencentes à administração municipal, não incluindo os dos hospitais conveniados.

Evolução geral da infraestrutura de todas as Unidades de Pronto-Atendimento Médico de Piracicaba

Unidades de Pronto-Atendimento Médico	2004	2008	Variação
Nº de leitos	56	108	93%
Nº de leitos de isolamento	2	6	200%
Nº de consultórios clínicos	11	17	55%
Nº de consultórios pediátricos	5	7	40%
Nº de leitos de emergência	6	13	117%
Farmácia (construção)	35,00m ²	174,57m ²	227%

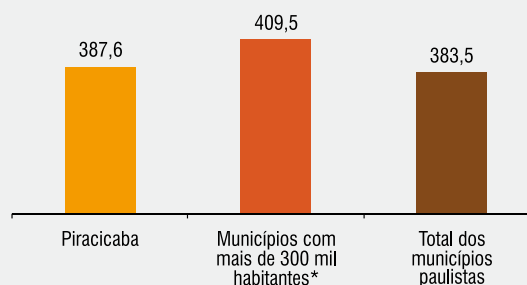
Estrutura Física – 2009	
Unidades Básicas de Saúde	23
Unidades de Saúde da Família (Equipes)	40
Ambulatórios	9
Unidades de Pronto-Atendimento Médico	5
Central Farmacêutica de Abastecimento	1
Central de Ambulância	1
Centro de Atenção Psicossocial Adulto	4
Centro de Atenção Psicossocial Infantil	1
Núcleo de Assistência à Pessoa com Deficiência	0
Policlínicas	1
Centro de Controle de Zoonoses	1
Serviço de Vigilância Epidemiológica	1
Serviço de Vigilância Sanitária	1
Serviço de Vigilância de Alimentos	1
Serviço de Verificação de Óbito - SVO	0

Número de Leitos – 2009	
Irmandade Santa Casa de Misericórdia	213
Hospital dos Fornecedoros de Cana	140
Centro de Doenças Infectocontagiosas	12
Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas	5
Unidades de Pronto-Atendimento Médico	124

Compare Piracicaba

Em 2008, último ano para o qual existem dados para todos os municípios paulistas até a data do lançamento desta publicação, o gasto por habitante em saúde efetuado por Piracicaba foi de R\$ 387,6, valor quase idêntico à média geral dos municípios paulistas, de R\$ 383,5. No ranking estadual, Piracicaba detém a 16ª maior despesa com saúde.

Despesa com saúde por habitante - 2008



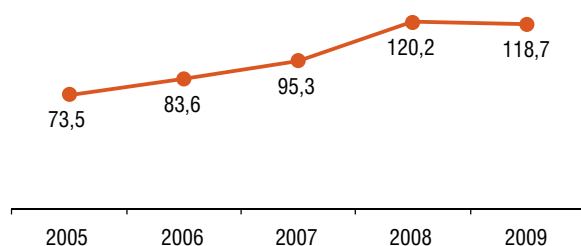
* exceto São Paulo.



4.6 Educação

Os recursos aplicados nos serviços da educação pública municipal cresceram de forma acentuada nos últimos anos. Em 2005, Piracicaba destinou R\$ 73,5 milhões para a área educacional. Em 2009, foram R\$ 118,7 milhões, quantia 61,5% maior que a efetuada quatro anos antes.

Evolução da despesa com educação
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Segundo a Constituição Federal, os municípios devem aplicar em educação, no mínimo, 25% de suas receitas de impostos recolhidos diretamente (IPTU, ITBI, ISS e IRRF) e das transferências

constitucionais (FPM, ICMS, ICMS-Desoneração, IPI-Exportação, ITR, IPVA e IOF-Ouro). Piracicaba destinou 26,1% dessas receitas, no valor de R\$ 107 milhões.

Ao longo desses anos, a rede municipal de ensino também cresceu. Em 2005, contava com 15.705 vagas, número que saltou para 25.770, em 2009. O maior número de vagas foi aberto no ensino fundamental, seguido das creches. Essas últimas apresentaram o maior crescimento percentual no período, de 216%. O número de professores também aumentou, passando de 703, em 2005, para 1.385, em 2009.

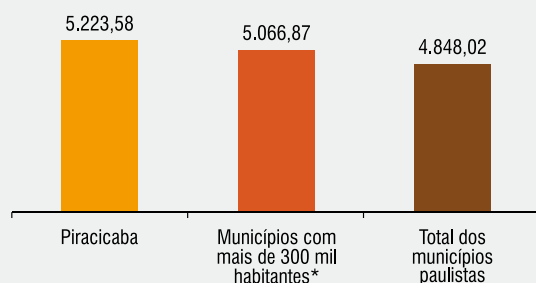
O aumento dos investimentos em educação refletiu-se na melhoria da qualidade de ensino. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das séries iniciais do Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano), divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), passou de 4,7, em 2005, para 5,6, em 2009.



Compare Piracicaba

Em 2008, último ano para o qual existem dados para todos os municípios paulistas até a data do lançamento desta publicação, Piracicaba aplicou R\$ 5.223,6 por aluno, valor que superou em 23,9% a média geral dos municípios paulistas, que foi de R\$ 4.848,0.

Despesa com educação por aluno - 2008



* exceto São Paulo.



Escola Municipal de Ensino Infantil

Número de alunos por modalidade de ensino da rede municipal - 2005-2009

Modalidade de ensino	2005	2006	2007	2008	2009	Variação de 2005 a 2009	
						%	Número de alunos
Creche	1.687	2.750	4.003	4.750	5.328	216%	3.641
Pré-escola	5.161	3.597	5.376	5.539	6.019	17%	858
Ensino fundamental	7.669	11.462	11.263	12.223	13.096	71%	5.427
Educação especial e de jovens e adultos	1.188	1.434	1.256	1.294	1.327	12%	139
Total	15.705	19.243	21.898	23.806	25.770	64%	10.065

Fonte: Ministério da Educação / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Evolução do número de professores

Modalidade de ensino	Número de professores				
	2005	2006	2007	2008	2009
Educação Infantil	369	356	454	613	824
Ensino Fundamental	334	489	508	523	561
Total	703	845	962	1.136	1.385

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

4.7 Secretarias sociais

Entre 2005 e 2009, as secretarias de Desenvolvimento Social, Ação Cultural, Esportes, Lazer e Atividades Motoras, e Trabalho e Renda, juntas, praticamente dobraram seus gastos, apresentando um aumento médio de 96,6%.

O crescimento mais expressivo, de 165%, ocorreu na Secretaria de Ação Cultural, que saltou de uma despesa anual de R\$ 3 milhões em 2005, para R\$ 7,9 milhões, em 2009. Isso resultou no aumento de sua participação no total das despesas desse grupo de 16,8% para 22,7%, no mesmo período.

Na Secretaria de Esportes, Lazer e Atividades Motoras, os gastos também apresentaram um aumento bastante significativo, de 97,8%, entre 2005 e 2009. Esse aumento deveu-se ao incremento dos recursos aplicados às entidades responsáveis pelo desenvolvimento de modalidades

e projetos esportivos no município. Em 2009, cerca de mil atletas foram beneficiados pelos projetos esportivos da Prefeitura de Piracicaba, que oferece, entre outros benefícios, bolsas de estudos e estágios em Educação Física, além de ajuda de custo às equipes que representam o município em competições de alto rendimento.

Já os dispêndios da Secretaria de Desenvolvimento Social tiveram uma expansão de 57,4%, saltando de R\$ 9,4 milhões para R\$ 14,8 milhões, entre 2005 e 2009. Em média, mais de 80% dessa despesa foi custeada com recursos próprios da Prefeitura através dos repasses financeiros aos fundos municipais, principalmente o Fundo da Criança e do Adolescente e o Fundo da Assistência Social. O restante dos recursos proveio das transferências da União (8,9%), do Estado (3,9%) e de outras fontes (6,2%).



Área de lazer em Santa Rita



Campanha contra o trabalho infantil

A partir de 2008 a atuação das secretarias sociais foi complementada com a criação da Secretaria de Trabalho e Renda, cuja despesa passou de

R\$ 1,1 milhão, em 2008, para R\$ 1,6 milhão, em 2009, o que representou um aumento de 44,6%, no mesmo período.

Despesas das secretarias sociais - 2005 a 2009

Secretarias sociais	2005	2006	2007	2008	2009	Varição 2009/2008	Varição 2009/2005	Partic. no total 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009					em %		
Desenvolvimento Social	9.428,1	12.318,8	13.491,7	13.025,3	14.838,1	13,9%	57,4%	42,8%
Ação Cultural	2.965,9	4.229,2	5.560,0	7.549,2	7.860,2	4,1%	165,0%	22,7%
Esportes, Lazer e Atividades Motoras	5.230,0	7.576,2	8.146,6	10.417,3	10.344,1	-0,7%	97,8%	29,9%
Trabalho e Renda	-	-	15,5	1.107,3	1.601,6	44,6%	-	4,6%
Total	17.624,0	24.124,3	27.213,8	32.099,1	34.644,0	7,9%	96,6%	100%

5

Limites constitucionais e legais

A despesa municipal no Brasil deve seguir alguns parâmetros definidos em lei ou pela própria Constituição Federal. São limites de gastos mínimos ou máximos que devem ser cumpridos, caso contrário, são aplicadas diferentes penalidades. Veja, a seguir, como a gestão fiscal de Piracicaba se posicionou em relação a esses limites em 2009.

Pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece que o gasto com pessoal, exclusivamente da Prefeitura, ou seja, sem incluir o da Câmara Municipal, não deve ultrapassar 54% do valor da receita corrente líquida do município. Existe ainda um limite prudencial de 51,3%, a partir do qual diversas medidas devem ser tomadas pela Prefeitura para reduzir essa relação do gasto com pessoal e da receita corrente líquida. Em 2009, Piracicaba registrou 35,96%.

Dívida consolidada líquida

Dívida consolidada líquida é o total da dívida consolidada menos o total do ativo disponível e haveres financeiros. Numa linguagem mais simplificada, subtraem-se da dívida total com prazo de vencimento acima de um ano todos os valores que a prefeitura poupou e tem a receber. A LRF e o Senado Federal, através da Resolução nº 40, estabelecem que esse resultado não pode ultrapassar 120% do valor da receita corrente. Em Piracicaba o indicador foi de 0%, pois os valores dos ativos e haveres, de R\$ 183 milhões, foram maiores que o total da dívida consolidada, de R\$ 127 milhões.

Educação

De acordo com a Constituição Federal, os municípios brasileiros são obrigados a investir na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) infantil e fundamental, no mínimo, 25% de suas receitas provenientes de impostos. Piracicaba investiu 26,06% em 2009.

Saúde

Segundo determinações contidas na Emenda Constitucional nº 29, os municípios brasileiros devem aplicar em saúde, a partir de 2004, no mínimo, 15% de sua receita proveniente de impostos. Piracicaba aplicou 19,65%, em 2009.



Urbanização da favela Canta Galo



Vista aérea do Viaduto da Avenida 1º de Agosto - obra em execução

Limites constitucionais e legais - 2009

	Em % da receita corrente líquida	
	Limite máximo	Resultado
Gasto com pessoal do Executivo ¹	54%	35,96%
Dívida consolidada líquida	120%	0,0%

	Em % da receita de impostos ²	
	Limite mínimo	Resultado
Gasto total com educação	25%	26,06%
Gasto total com saúde	15%	19,65%

¹ O gasto com pessoal, utilizado para o cálculo desse indicador, refere-se ao pessoal da administração direta e indireta do Poder Executivo, não incluindo, portanto, os gastos com pessoal da Câmara Municipal.

² A receita proveniente de impostos não inclui taxas e inclui as transferências oriundas da arrecadação federal e estadual de impostos (não inclui transferências de convênios).

6

Indicadores socioeconômicos

De acordo com diversos indicadores socioeconômicos recentes, a cidade de Piracicaba encontra-se bem posicionada quando é comparada não apenas com os municípios de todo o país, mas também em relação aos municípios que possuem mais de 300 mil habitantes no Brasil e ao conjunto das cidades paulistas.

Com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 7,8 bilhões, Piracicaba foi a 15ª maior economia de São Paulo e a 47ª do Brasil, em 2007. Nesse mesmo ano, deteve o 22º maior PIB por habitante (R\$ 21.766,25) entre as 79 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes.

Segundo informações da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Piracicaba ocupou a 59ª posição no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), entre todos os municípios do Brasil, no ano de 2006. Esse índice anual é uma síntese das três principais áreas do desenvolvimento humano: emprego e renda, educação e saúde.

A administração municipal tem contribuído para esse resultado, uma vez que o IFDM está fortemente ligado aos gastos sociais. Em 2009, a saúde, a educação e a assistência social absorveram juntas 53% de toda a despesa realizada pela Prefeitura.

População estimada pelo IBGE em 2009: 368.843 habitantes
Área: 1.370 Km ² (IBGE)
PIB: 47ª maior economia do Brasil, em 2007 (IBGE)
PIB: 15ª maior economia do Estado, em 2007 (IBGE)
PIB per capita: 22ª economia per capita entre as cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes, em 2007 (IBGE)
17ª maior arrecadação de ISS do Estado de São Paulo e 44ª do Brasil, em 2008 (Aequus Consultoria)
59ª melhor IFDM, em 2006, dentre os 5.560 municípios brasileiros avaliados – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
16º maior no valor adicionado fiscal do Estado de São Paulo, em 2008 (Seade)
18º maior orçamento entre as cidades do Estado de São Paulo, em 2008
53% do orçamento aplicado nas áreas sociais (educação, saúde e assistência social)
100% do município tem abastecimento de água tratada (Semae-Piracicaba - 2010))
99% da cidade tem esgoto coletado, dos quais 38% é tratado - (Semae-Piracicaba - 2010)
99,6% da cidade tem coleta de lixo (Seade 2000)

Aventura, ecologia, cultura, humor, artesanato, passeios...



...PIRACICABA:
um excelente destino!

Foto: Salete Csik



Realização



PIRACICABA
Prefeitura do Município

Elaboração

